



CONGRESSO
DOS METALÚRGICOS DO ABC

DEMOCRACIA
E PARTICIPAÇÃO

**CADERNO DE
RESOLUÇÕES**



“O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos.”

Simone de Beauvoir, 1967.

DIRETORIA DO SINDICATO

RAFAEL MARQUES DA SILVA JUNIOR

PRESIDENTE

AROALDO OLIVEIRA DA SILVA

VICE-PRESIDENTE

WAGNER FIRMINO DE SANTANA

SECRETÁRIO-GERAL

MOISÉS SELERGES JUNIOR

DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA DA SILVA

DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO

DIRETORES EXECUTIVOS

NELSI RODRIGUES DA SILVA

JOSÉ DAVID LIMA CARVALHO

ANA NICE MARTINS DE CARVALHO

ALEXANDRE APARECIDO COLOMBO

AMARILDO SESÁRIO DE ARAÚJO

DANIEL BISPO CALAZANS

CONSELHO DA EXECUTIVA

ÂNGELO MÁXIMO DE OLIVEIRA PINHO

ANTENOR DE SOUZA

ANTÔNIO CLAUDIANO DA SILVA

CÍCERA MICHELLE SILVA MARQUES

CLAUDIONOR VIEIRA DO NASCIMENTO

GENILDO DIAS PEREIRA

GILBERTO DA ROCHA

JOSÉ CAITANO LIMA

JOSÉ QUIXABEIRA DE ANCHIETA

MARCOS PAULO LOURENÇO

MARIA GILSA CONCEIÇÃO MACEDO

PAULO MARCIO NOGUEIRA

SEBASTIÃO CURI

SOLANGE HELENA PEREIRA

VALTER SANCHES

CONSELHO FISCAL

SEBASTIÃO GOMES DE LIMA

VALTER SATURNINO PEREIRA

VALDEREZ DIAS DE AMORIM

SIMONE APARECIDA VIEIRA

VÂNIO DA SILVA GUEDES

IVONILDO BATISTA COSTA

DIREÇÃO PLENA

ADÃO GONÇALVES GOVEIA
ADELMO GONÇALVES DA SILVA
ADILSON LIMA DA SILVA
ADRIANO DE OLIVEIRA TORRES
ADRIANO REIS DE SOUZA
AILTON DE FARIA
ALBANÚBIA CONCEIÇÃO SILVA
ALDENOR FRANCALINO DE SOUSA
ALESSANDRO GUIMARÃES DA COSTA
ALEXANDRE DA CRUZ
ALEXANDRE DRAGUTIM BARITE
ALEXSANDRO MARQUES RODRIGUES
ALINE CRISTINA BEZERRA VILLELA
ALMIRO SILVA CRUZ
AMARILDO MARQUES DE SOUZA
ANANIAS BATISTA ALVES JUNIOR
ANDERSON BARROSO FERNANDES
ANDRÉ DO NASCIMENTO
ANDRÉ LUÍS ALVES CASTELLO
ANDREA FERREIRA DE SOUSA
ANDREVALDO BISPO DOS SANTOS
ANGELITO CARLOS DE ALMEIDA
ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
ANTONIO ELANDIO BEZERRA
ANTONIO JACINTO DE OLIVEIRA
ANTONIO JOSÉ DE FRANCA FILHO
ANTONIO LUCIVALDO AVELINO DE LIMA
ANTONIO LUIZ
ANTONIO LUIZ TIOSSI
ANTONIO PEREIRA CAMPOS
ANTONIO ROSA
APARECIDA MARIA DE MELO
ARLINDO OLAVIO BATISTA
ARNALDO JOSÉ DA SILVA
AUDÁLIO GONÇALVES DA SILVA
BENEDITO CARLOS AMANCIO SILVA
CARLOS ALBERTO ANDRADE DE SOUSA
CARLOS ALBERTO MARQUES TROVAO
CARLOS ALBERTO QUEIROZ RITA
CARLOS ALBERTO VIEIRA DA SILVA
CARLOS JOSÉ
CARLOS JOSÉ CAMELO DUARTE
CARLOS TADEU CARATTI
CELSO DONIZETI DOS SANTOS
CELSO RICARDO DE MOURA
CÍCERO GOMES DE MOURA
CÍCERO PEREIRA DE MORAIS
CINTIA DA SILVA FREIRE DA CRUZ
CLÁUDIO DE SOUZA CARDOSO
CLÁUDIO ROBERTO RIBAL
CLÁUDIO TEIXEIRA
CORNÉLIA NETA SILVA DE GOIS
CRISTINA APARECIDA NEVES
CRIVONE LEITE DA SILVA
DAVI LEANDRO DA SILVA SOUZA
DIEGO LIMA DA SILVA
EDILSON SANTOS BURYS
EDIMILSON PEREIRA GERÔNIMO

EDINALDO RAIMUNDO GOMES DE SÁ
EDINILSON RONALDO MERCEDES
EDIVALDO JOSE DE MOURA
EDMILSON COELHO DE ANDRADE JUNIOR
EDMILSON JOSÉ DOS SANTOS
EDMIRO DIAS DE CASTRO
EDSON BRAZ DO NASCIMENTO
EDSON DA SILVA RODRIGUES
EDSON SOARES MONTEIRO
EDUARDO APARECIDO DE SOUSA
EDUARDO BISPO DA SILVA
ELBEM BATISTA GOMES
ELVIS ASSIS MARTINS
ERALDO LUCENA DO NASCIMENTO
ERONALDO SOUSA DE OLIVEIRA
ESLANI FERNANDES BRITO
EVANALDO FERREIRA DE SOUSA
EVANDO DE NOVAES ALVES
FABIANO ANTONIO DOS SANTOS
FABIANO DA SILVA
FABIANO GUIMARÃES PIRES
FÁBIO GONÇALVES RIBEIRO
FLAVIO ANTUNES FERREIRA
FRANCISCO ARITAMA DE CASTRO DA SILVA
FRANCISCO CORREIA SOBRINHO
FRANCISCO DAS CHAGAS SARMENTO
FRANCISCO DE ASSIS GONÇALVES DE ALMEIDA
FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA LIMA
FRANCISCO DE MUNIZ ROSA
FRANCISCO DEMONTIER BARBOSA
FRANCISCO DIJALMA LEITE
FRANCISCO EDIVAN CAMELO SOUSA
FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA
FRANCISCO GOMES DE LIMA
FRANCISCO LOURIVAL DE LIMA
FRANCISCO SOUZA DOS SANTOS
FRANCISCO VAGNER FERREIRA
FRANCISCO VALDEMIR DA SILVA
FULVIO MENEGONI
GENARIO BATISTA CORDEIRO
GERALDO PAZ DE SIQUEIRA
GERALDO RUBENS DOS SANTOS
GERSON DIAS PEREIRA
GILBERTO JOSÉ DE SOUZA
GILBERTO VIEIRA DE MATOS
GILMAR DA SILVA COSTA
GILMAR DE SOUZA COSTA
GUILHERME FRANCISCO ROCHA
HÉLIO BARBOSA DA SILVA
IVANILDO DE JESUS NUNES
JAIR RODRIGUES DA SILVA
JOÃO ALVES CORDEIRO NETO
JOÃO FERREIRA ROCHA
JOÃO PAULO OLIVEIRA DOS SANTOS
JONAS BRITO DA SILVA
JONAS DOS SANTOS
JORGIVAL ELOI SEBASTIÃO
JOSÉ ATAÍDE COSTA

JOSÉ AUGUSTO GONÇALVES
JOSÉ BENTO DE OLIVEIRA
JOSÉ CARLOS DE SOUZA
JOSÉ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS
JOSÉ CORREIA DE LIMA
JOSÉ DOMINGOS DOS SANTOS NETO
JOSÉ ELIARDO BARBOSA LINO
JOSÉ FERNANDES LOPES
JOSÉ GILDO LUCAS DE SALES
JOSÉ JORGE SOARES DA SILVA
JOSÉ LAELSON DE OLIVEIRA
JOSÉ MARCOS CARVALHO PEREIRA
JOSÉ PAULO DA SILVA NOGUEIRA
JOSÉ RAIMUNDO DE JESUS
JOSÉ RIBAMAR FEITOSA DA SILVA
JOSÉ ROBERTO GOMES
JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA SANTANA
JOSÉ SALUSTIANO DA SILVA NETO
JOSEILDO JANUÁRIO DA SILVA
JOSENILDO DE LIRA ARISTEU
JOSIVAN NUNES DO VALE
JOVELINO GIL
JUDITH ALVES DA FONSECA
KLEBER FERREIRA NUNES
LEANDRO GARCIA LUZ
LEILA PATRICIA SANTANA DO NASCIMENTO
LINDOMAR BARBOSA SIQUEIRA
LUCIANO LOURENCO DA COSTA
LUIZ CARLOS DE LIMA
LUIZ AUGUSTO NETO
LUIZ CARLOS ARAUJO DA SILVA
LUIZ CARLOS DA SILVA DIAS
LUIZ VIEIRA DE SOUSA
MACIEL LUIZ OLEGARIO
MAICON MICHEL VASCONCELOS DA SILVA
MANOEL FRANCISCO FILHO
MANOEL GERALDO DE MOURA
MANOEL SANTIAGO GOMES
MARCÉLIO DE ANDRADE REIS
MARCELO PEREIRA DOS SANTOS
MÁRCIA MARIA DE PAULA REGO
MÁRCIO RIBEIRO DE BRITO
MARCO ANTONIO DE PAULA
MARCO AURÉLIO SANT'ANA
MARCOS AUGUSTO NUNES DE OLIVEIRA
MARIA BETANIA ALVES DA SILVA
MARIA DO AMPARO TRAVASSOS RAMOS
MARIA JOSÉ DA SILVA MODESTO
MÁRIO DONIZETI MARTINS COSTA
MAURÍCIO DE OLIVEIRA
MAURO TRINDADE DE MELO
MILTON APARECIDO ALVES BERTHOLDO
MOISÉS AUGUSTO CANUTO
NELSON ROBERTO DOS SANTOS
NELSON RODRIGUES ROCHA
NIVALDO NUNES BEZERRA
OSVALDO GOMES VIANA
PANAYOTIS LAOU
PAULO APARECIDO SILVA CAYRES
PAULO FERREIRA BRASIL
PAULO JOSÉ DE SOUSA

PAULO SÉRGIO FERNANDES
PAULO SÉRGIO HONORATO
PAULO SÉRGIO SILVA
PEDRO DA SILVA CARVALHO
PEDRO FERNANDES PINHEIRO
PEDRO JORGE SOARES PEREIRA
PRISCILA DE CAMPOS ROCHA
RAFAEL FERNANDO DE ARRUDA
RAIMUNDO DOMINGOS SILVA
REGINALDO SILVA MIRANDA
RÉGIS DE SENE MARIA
RÉGIS REIS GUEDES
REIJANIO ALFREDO PACHECO
REINALDO MARQUES DA SILVA
RENATO CARLOS DE ALMEIDA
RICARDO FERREIRA PERES
ROBERTO DOS SANTOS
ROBSON DOS SANTOS ASSIS
ROBSON LUIZ DAMASCENO DE SOUZA
RODRIGO CÉSAR NASCIMENTO
ROGÉRIO PEREIRA DA SILVA
ROMEU PEREIRA DA SILVA
RONALDO SOUZA
ROSEMEIRE APARECIDA MARTINS
ROSIMEIRE CONCEIÇÃO PINTO
SANDRA REGINA DA SILVA DOMINGUES
SANDRO FERREIRA VITORIANO
SANTINO BRAZ DE OLIVEIRA
SEBASTIÃO AMADEU DE ALBUQUERQUE
SEBASTIÃO ARLINDO VIEIRA
SEBASTIÃO ISMAEL DE SOUSA
SEBASTIÃO PEREIRA CAMPOS
SÉRGIO APARECIDO NOBRE
SÉRGIO DE LIMA PEREIRA
SÉRGIO ROBERTO SITTA
SIDNEI DA SILVA MOREIRA
SILVIO CESAR DO NASCIMENTO
SÓSTENES LUIZ LIMA
SUELI VIEIRA CRISPIN
THIAGO DOS SANTOS OLIVEIRA
TSUKASSA ISAWA
VAGNER BATISTA DA SILVA
VAGNER GOMES MENDES
VAGNER STEFANATO
VALDECI CANDIDO DA SILVA
VALDIR FREIRE DIAS
VALDIR GOMES DA SILVA
VALDIR OLIVEIRA RIOS
VALÉRIA DA SILVA
VALTER DE JESUS SILVA
VERÔNICA SOARES DOS SANTOS
VINÍCIUS DE OLIVEIRA DIONÍSIO
VLADIMIR DE MENDONSA
WAGNER LIMA
WANDERLEY ALVES
WASHINGTON LUIZ VIEIRA
WELLINGTON MESSIAS DAMASCENO
WILSON DA SILVA SANTOS SOARES
WILSON LEANDRO FRANCISCO
WILSON ROBERTO RIBEIRO

O Sindicato atuará de modo coordenado nos fóruns regionais e locais onde houver representação dos Metalúrgicos do ABC (Câmara Regional do ABC, Agência de Desenvolvimento Econômico, Comissões Municipais de Emprego, Conselhos de Desenvolvimento Econômico, Conselho Sindical Regional, Conselhos de Política Urbana, Conselhos de Saúde e Meio Ambiente, Conselho de Segurança Alimentar etc) de modo a recolocar o debate da regionalidade e do desenvolvimento local a partir das especificidades e cultura local, articulando os diversos eixos da governança regional definidos no último planejamento estratégico: Infraestrutura; Desenvolvimento Econômico Regional; Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental; Saúde; Educação, Cultura e Esportes; Assistência, Inclusão Social e Direitos Humanos; Segurança Pública.

Que o Sindicato incentive o debate com o Consórcio Intermunicipal e a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC na perspectiva de atrair novos investimentos para a região.

Levar o Sindicato para o núcleo das associações de bairros e dialogar mais com as entidades (Sociedades Amigos de Bairro, Conselhos Tutelares, Orçamento Participativo etc.), aproveitando a formação política do dirigente sindical, que tem muito a contribuir nesses espaços.

Incentivar articulação que elabore uma proposta de Reforma do Sistema Político Nacional sob a ótica dos Metalúrgicos do ABC.

Incentivar a criação de políticas para pessoas idosas e suas necessidades – como saúde, situação socioeconômica e mobilidade – frente à realidade da expansão da idade média no ABC.

Fortalecer as alternativas de preservação ambiental, como a reutilização de água em condomínios e empresas, bem como promover um debate com o Consórcio Intermunicipal e a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, a fim de criar uma política ambiental universalizada nas sete cidades.

Que o Sindicato articule com o Consórcio Intermunicipal do ABC a realização de estudos ambientais para viabilizar terrenos para a instalação de novas indústrias na região.

COMUNICAÇÃO

O Sindicato deve continuar e aprofundar a política de comunicação que seguiu nos últimos anos, focando suas prioridades em duas frentes igualmente importantes: a luta pela democratização da mídia e a construção de seus próprios meios de comunicação.

Para tornar concretas estas propostas, os Metalúrgicos do ABC devem prosseguir investindo em seu projeto de comunicação e buscando formas extras de sustentação financeira.

Os veículos de comunicação do Sindicato tem papel fundamental nesse processo, cabendo a eles ampliar sua visibilidade e abrangência junto a todos os setores da sociedade em busca de novas parcerias.

Promover e divulgar pelas redes sociais atividades que tratem de temas de interesse dos metalúrgicos, como política industrial, por exemplo.

O Sindicato deve promover atividades esportivas e culturais, como teatro, musicais etc.

Criar grupos de WhatsApp e outros canais de mídias sociais visando facilitar e estreitar a comunicação com os trabalhadores da base.

Fortalecer e diversificar a divulgação das nossas mídias.

Exibir a programação da TVT nos espaços da Sede e das Regionais que possuem TVs, rádios e acesso à internet.

Organizar e promover atividade para discutir o tema Comunicação & Sociedade.

Os Metalúrgicos do ABC entendem que os eventos relacionados ao universo da Cultura devem ser universais, possuírem transversalidade nas atividades sindicais e um caráter formador na vida da categoria.

Seguindo essa interpretação, devemos aproveitar todos os espaços que o Sindicato utiliza para também divulgar diferentes matizes culturais, pois embora seja muito importante para esta finalidade, a Cultura não deve ser voltada apenas para atrair jovens trabalhadores ao Sindicato.

Propomos que todos os eventos relacionados à Cultura tenham sempre presentes o processo de formação do trabalhador em sua passagem pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Os Metalúrgicos do ABC devem viabilizar a criação de festivais de música, vídeo games e futebol.

As atividades do departamento Cultural devem ser abertas não só para a categoria como também à comunidade.

Homenagear o companheiro Lúcio, assessor cultural do Sindicato já falecido, dando seu nome ao departamento de Cultura.

Conscientizar a categoria sobre os malefícios das drogas em evento de cultura com música, grafite e debate sobre o tema com a juventude.

Produzir a exposição “A Ditadura no Brasil – 1964 a 1985”, além de material visual para jovens metalúrgicos com a história da luta dos trabalhadores na base.

Realizar projeto para programa de pesquisa sobre “Memórias Reveladas” e “Marcos da Memória” em parceria com a AMA-A, o Arquivo Nacional e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

O Sindicato deve promover atividades de Formação aos trabalhadores de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, que ainda são bastante carentes de formação profissionalizante.

Ampliar programas culturais nas fábricas com atividades de leitura, peças teatrais produzidas pelos trabalhadores, músicas, oficinas de histórias em quadrinhos, colunas no jornal do Sindicato, aulas de artes plásticas e pinturas em tela.

Discutir junto às prefeituras das sete cidades do ABC a abertura de espaços para cultura, esporte e lazer.

Promover debates com trabalhadores ativos e aposentados sobre políticas públicas de incentivo à Cultura criadas pelos governos federal, estadual e municipal.

Desenvolver uma política cultural que estimule na categoria à formação de grupos culturais de teatro, música, dança, entre outros.

A direção do Sindicato deve ampliar esforços para fortalecer parcerias entre o Sindicato e a AMA-ABC em atividades culturais como festival de música, o baile promovido pelos trabalhadores aposentados e outros projetos culturais.

Continuar com os projetos que buscam recursos junto à Lei Rouanet e a outros programas federais – Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional; Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; e o Programa de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, o PROAC.

Ajudar a divulgação do projeto Viaje Mais, do governo federal.

Promover atividades culturais com crianças que estimule o resgate de brincadeiras como jogar peão, esconde-esconde, brincadeiras de roda, entre outras.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A juventude está sendo massacrada na fase de prestar o serviço militar, quando é obrigada a servir até contra a própria vontade. Por isso, propomos que o Sindicato lute para trazer novas conquistas a esses jovens, como, por exemplo, vale-transporte e vale-alimentação, abono das horas que eles se ausentam do serviço na empresa e ajuda de custo.

Ampliar a luta contra o assédio moral das chefias nas empresas.

Que a Regional Ribeirão Pires passe por reforma para se enquadrar nas normas de acessibilidade, permitindo assim que pessoas com deficiência física possam ter seu direito ao acesso garantido.

Lutar para a implementação de acessibilidade conforme legislação e para o efetivo cumprimento da lei de cotas para pessoas com deficiência nas empresas da base.

Considerando nossa concepção de educação integral e libertadora, voltada para ação transformadora na fábrica e na sociedade, o Sindicato deverá promover a formação dos dirigentes com foco nas demandas geradas pelos desafios concretos enfrentados na fábrica em estreita relação com a ação sindical dos CSEs e das Comissões de Cidadania, partilhando os princípios e conhecimentos indispensáveis à prática militante.

Além disso, o Sindicato deverá promover a formação política da base por meio da ampliação dos acordos de liberação de metalúrgicos para o programa “Trabalho e Cidadania”, bem como ampliar sua atuação na educação profissional de jovens e adultos por meio da Escola Livre para Formação Integral “Dona Lindu”.

Articular a promoção de uma política nacional de longo prazo focada na educação profissional dos trabalhadores e voltada para as necessidades da indústria.

Preparar melhor os novos CSEs por meio do Departamento de Saúde e Meio Ambiente nos seminários de saúde e trabalho.

A Escola Livre para Formação Integral “Dona Lindu” deve criar um percurso formativo específico para a juventude metalúrgica. O programa deve ser elaborado em conjunto com a Juventude Metalúrgica.

A Escola Livre para Formação Integral “Dona Lindu” deve criar um percurso formativo específico para a formação de lideranças femininas. O programa deve ser elaborado em conjunto com a Comissão de Mulheres.

A Escola Livre para Formação Integral “Dona Lindu” deverá ser um polo de articulação regional na defesa da pessoa com deficiência, ajudando pais, alunos e comunidade no esclarecimento e na luta para que os direitos conquistados sejam colocados em prática.

O Sindicato deve pressionar para que sejam inseridos cursos de formação nos moldes do programa Sindicato e Cidadania na grade dos cursos do SENAI ministrados nas fábricas.

A Escola Livre para Formação Integral “Dona Lindu” deverá atender os aprendizes do SENAI e do CAMP no programa Trabalho e Cidadania.

Fechar acordos para que o programa Trabalho e Cidadania seja oferecido também em outras empresas da base.

A Escola Livre para Formação Integral “Dona Lindu” deve incluir na sua grade o curso de História da África, de acordo com lei federal 10.639/2003.

O Sindicato deverá intensificar os processos de integração dos novos trabalhadores nas empresas da base.

O Sindicato deverá abrir novas turmas de Formação de Formadores (FF). Desenvolver curso específico sobre ideologia.

Buscar caminhos para ampliar as vagas em cursos na Escola de Formação Integral “Dona Lindu” para os filhos de metalúrgicos e demais públicos.

A Escola de Formação Integral “Dona Lindu” deverá incluir na sua proposta os seguintes temas: ergonomia e saúde do trabalhador; nossas raízes e miscigenações, contemplando seus valores sociais e religiosos.

A Escola de Formação Integral “Dona Lindu” deverá elaborar cursos que dialoguem com as necessidades do dia-a-dia dos novos dirigentes e do chão de fábrica. Como, por exemplo, comunicação e expressão, organização no local de trabalho (OLT) etc.

IGUALDADE RACIAL

Os Metalúrgicos do ABC devem elaborar e promover um programa de combate ao racismo como parte da estratégia de discutir e difundir sua política de promoção da igualdade racial em curto, médio e longo prazo.

Ao mesmo tempo, O Sindicato deve incentivar a participação dos grupos raciais nas representações nos locais de trabalho, buscando consolidar em todos os CSEs a promoção da igualdade racial.

Sendo assim, criaremos e ampliaremos, não só nos locais de trabalho, mas também nas diversas instâncias como FEM, CNM, CUT/SP e CUT NACIONAL a promoção da igualdade racial e a participação de grupos raciais nas representações no local de trabalho.

A questão racial deve estar presente nos cursos de formação política do Departamento de Formação do Sindicato.

O Sindicato deve aproximar-se de entidades que defendem as questões da igualdade racial, como, por exemplo, o Centro Cultural Afro-brasileiro Francisco Solano Trindade, com atividades de formação, seminários e eventos culturais.

A comissão de Igualdade Racial e de Combate ao Racismo do Sindicato compromete-se a cobrar do Ministério Público a aplicação da Lei 10.639 para que ela possa se tornar uma realidade.

Preparar o jovem metalúrgico para a militância é um dos grandes desafios do Sindicato, principalmente porque este trabalhador possui “prazo de validade” que vai de sua entrada na categoria até completar 35 anos.

Nesse curto período, os Metalúrgicos do ABC precisam desenvolver uma pauta com dois pontos principais para os jovens. Em primeiro lugar, ela deve dialogar com as demandas profissionais da juventude como formação, qualificação, primeiro emprego, evolução profissional, construção da carreira, entre outros.

Ao mesmo tempo, essa pauta deve contemplar a formação política e ideológica dos jovens para a disputa que o Sindicato faz na sociedade, quando combate ideias centradas em um individualismo que tende a afastar as pessoas do comportamento solidário que marca a atuação sindical.

Se, em seu processo de formação, não construirmos um adulto solidário e defensor dos direitos universais, não estaremos exercendo o bom direito para o futuro.

O Sindicato deve viabilizar o intercâmbio de jovens, principalmente com países que têm dificuldade de organização sindical, para incentivar a troca de experiências.

Realizar palestras durante o período de aula no Senai, ou mesmo nas fábricas, para divulgar o trabalho do Sindicato.

Confeccionar material em forma de cartilha, revista ou jornal, que conte a história de luta, conquistas e também os planos do Sindicato. Destinar este material aos jovens que estão iniciando sua carreira nas metalúrgicas e aos que ainda estão nas escolas.

O Sindicato deve interceder, junto ao governo federal, por uma campanha de conscientização destinada às pessoas beneficiadas por programas sociais do próprio governo, para mostrar quem realmente nos ajuda e luta por nós.

Os Metalúrgicos do ABC devem elaborar junto ao poder público políticas relacionadas ao meio ambiente que tenham entre seus conceitos a utilização máxima de recursos energéticos e o uso de energia limpa.

A direção do Sindicato precisará buscar, nos acordos que tratam de reestruturação produtiva, a introdução de cláusulas que garantam a adoção pelas empresas de processos de produção ambientalmente sustentável.

Lutar por um programa de reciclagem da frota de veículos do setor automotivo.

Lutar para que se criem programas de incentivo para o uso de fontes renováveis de energia.

Incentivar a criação de programas e mecanismos para a redução do uso de água, cobrando também das empresas ações neste sentido.

Apoiar projetos e programas que incentivem as áreas de ciência, tecnologia e inovação, visando criar produtos de baixo impacto ambiental e que utilizem conteúdo nacional.

O Sindicato deve cobrar do governo e das empresas investimentos no planejamento para o reuso das águas das chuvas.

Apoiar uma política ambiental que potencialize os investimentos em energia limpa.

Os Metalúrgicos do ABC devem tornar sua Sede cada vez mais ecologicamente correta com iniciativas sustentáveis, como redução no consumo de energia elétrica, uso de energias limpas e renováveis, reuso de água, reciclagem, compostagem de restos de alimentos e compensação de emissão de carbono.

Considerando que um dos motivos para as mulheres terem salários menores que os homens é o fato de desempenharem funções com menor valor agregado, este 8º Congresso estabelece que o Sindicato crie políticas que incentivem e possibilitem as trabalhadoras metalúrgicas participarem de cursos de formação profissional oferecidos pela Escola “Dona Lindu”.

Que o Sindicato desenvolva políticas nas negociações e acordos coletivos para que nos momentos de contratações nas empresas que compõem a nossa base esteja garantida a inclusão de um percentual de mulheres para todas as áreas e/ou funções.

Inserir no texto da Convenção Coletiva cláusula que abra discussões, oriente e faça cumprir metas de admissão de mulheres dentro das empresas da base e que através de cada Convenção Coletiva obriguem-se as empresas a debater o tema com o Sindicato. Com isso documentado, será mais fácil para os Metalúrgicos do ABC exigir o cumprimento das contratações, aumentando assim os índices de ocupação das mulheres no mercado de trabalho.

Que a direção do Sindicato fortaleça os mecanismos que possibilitem as trabalhadoras serem preparadas e inseridas nas ações que envolvem o trabalho de base, buscando ampliar a participação das metalúrgicas nos espaços de representação sindical, seja como cipeiras e/ou CSEs.

O modelo de desenvolvimento adotado com sucesso pelos governos democrático-populares após 2003 enfrenta problemas.

A crise econômica persiste; retornou com força a substituição da produção doméstica por importados, causando queda do conteúdo nacional na produção industrial e, conseqüentemente, perda de postos de trabalho industrial, entre outros problemas.

Para evitar que essa crise se aprofunde, o Sindicato deve manter sua presença nas discussões de política nacional e de desenvolvimento e nos conselhos tripartites, defendendo uma política industrial que atenda aos interesses dos metalúrgicos do ABC por mais e melhores empregos, avanço tecnológico e proteção à produção local.

Os Metalúrgicos do ABC devem, também, lutar por uma política de Estado para o Brasil que vá além da duração dos mandatos eleitorais e proporcione um ambiente macroeconômico estável e dinamizador, bem como políticas setoriais que privilegiem o emprego, a renda do trabalho e o fortalecimento da indústria nacional.

Cobrar do governo federal urgência na aprovação do Plano de Proteção do Emprego.

Os Metalúrgicos do ABC devem articular as redes sindicais para a defesa do Plano de Proteção do Emprego.

Lutar para que a indústria nacional seja competitiva internacionalmente, mas sem que o salário, emprego e direitos dos trabalhadores sejam prejudicados.

Pressionar os legislativos estadual e federal para que criem medidas que impeçam a guerra fiscal, beneficiando dessa forma os trabalhadores, impedindo diferenças salariais e regimes de contratação para mesmas funções e cargos em regiões diferentes do Brasil.

O Sindicato deve fazer constar uma cláusula específica nos acordos coletivos para regular a robotização dentro das indústrias.

Criar um projeto que fortaleça as pequenas empresas.

Criar mecanismos que permitam regular a entrada de peças importadas, protegendo a indústria nacional.

Lutar para que sejam realizados investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação que permitam trazer empregos e competitividade para o País.

Estabelecer como prioridade a luta para derrotar o Projeto de Lei, PL 4.330.

Lutar contra aumento das taxas de juros do Banco Central (Selic) e outras medidas que inibem o setor produtivo.

A maioria dos integrantes do Supremo Tribunal Federal, o STF, votou a favor de matéria que proíbe o financiamento privado de campanhas políticas, por entender que esta forma de contribuição é a que mais incentiva a corrupção eleitoral no

Brasil. Ocorre que o ministro Gilmar Mendes – um dos poucos ministros contrários à medida no STF – pediu vistas do processo há mais de um ano e não liberou a matéria para ir a plenário.

Tendo em vista os prejuízos à democracia que tal atitude provoca, o Sindicato deve reforçar campanhas para que o STF vote o projeto que proíbe o financiamento privado de campanhas políticas.

Os Metalúrgicos do ABC e a CUT também devem encampar a luta pelo fim da utilização do interdito proibitório, legislação própria do direito civil que coíbe e cerceia o direito de organização e manifestação dos trabalhadores por meio da greve e outras formas de paralisações.

O Sindicato deve motivar os militantes da base a seguirem carreiras jurídicas no âmbito do Judiciário, para que também os trabalhadores se tornem futuros juizes, defensores públicos, promotores, procuradores, ministros do STF ou integrantes de outras das mais altas cortes do País.

Interesses dos trabalhadores e da sociedade em geral correm nesses tribunais, onde há falta de pessoas que conheçam realmente como é um chão de fábrica e a vida da classe trabalhadora para poder julgar com absoluta isenção estes assuntos.

A cada 100 assassinatos, apenas oito são resolvidos e julgados. Segundo a ONU, para se conviver em qualquer lugar no mundo a média tolerável é, no máximo, não resolver dez assassinatos a cada 100 mil ocorridos. Infelizmente, no Brasil em média 27 pessoas são assassinadas a cada 100 mil. É preciso sensibilizar, informar e formar toda a população, pois o problema é de todos.

Nesse sentido, o Sindicato deve dialogar com outros atores da sociedade, com os governos de Estados, Presidência da República, STF, etc, iniciando uma campanha pelo fim da impunidade no País.

O Sindicato deve ter um plano de trabalho definido para os CSEs no caso de não cumprimento de direitos pelas empresas, especialmente as menores, como exemplo a não realização de depósitos do FGTS.

Os Metalúrgicos do ABC devem intensificar o envolvimento de toda a categoria na elaboração e execução de uma política de saúde, segurança e meio ambiente do trabalhador a partir da atuação dos CSEs, CIPAs e SUR.

Essa política deve seguir dois eixos básicos. Inicialmente, atuar para assegurar que as obrigações legais e as convenções coletivas referentes à saúde sejam cumpridas nas empresas da base.

Em seguida, avançar na execução de ações de prevenção que ataquem os elementos determinantes das doenças físicas, psicológicas e dos acidentes do trabalho que atingem os trabalhadores.

Organizar atividades para integrantes de CSEs, SUR e CIPAs sobre os problemas psicológicos ocasionados pelas condições do ambiente de trabalho.

O Sindicato deve defender o Sistema Único de Saúde, o SUS.

Os Metalúrgicos do ABC devem continuar a luta para que o prazo do empregador pagar o trabalhador por auxílio-doença seja de 30 e não 15 dias, como foi aprovado em votação recente pela Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Desenvolver atividades para garantir a implementação da NR12, que define medidas de proteção sobre tipos e riscos de cortinas de luz, válvulas e cames de segurança, enclausuramento de máquinas, desbobinadores, ferramentas e similares.

Retomar a formação de militantes e cipeiros com atuação não voltada somente para o local de trabalho, mas também com foco no serviço público de saúde do trabalhador.

O Sindicato deve veicular em seus veículos de comunicação informações sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde, o SUS, de forma a facilitar o acesso dos trabalhadores a seu atendimento e serviços.

Para reduzir a violência no Brasil, os jovens precisam de boas escolas e estrutura adequada.
O Sindicato deve desenvolver ações visando a não redução da maioria penal, além de mais investimentos em educação, lazer, cultura, esportes e trabalho decente para os jovens.

OUTRAS RESOLUÇÕES

O Sindicato deve desenvolver uma campanha para transferir as folhas de pagamento para os bancos públicos de forma a não continuarmos financiando os bancos privados, por ser o segmento da sociedade que mais nos ataca.

CONTRA O PL 4330

Os metalúrgicos do ABC repudiam o atentado contra a CLT, com a aprovação do PL 4330 pela Câmara dos Deputados. Entendemos que foi um golpe contra o trabalhador brasileiro.

Terceirização é a precarização e a transformação do País em uma grande senzala.

Repudiamos os deputados traidores dos trabalhadores e comprometidos com o capital.

APOIO AOS PROFESSORES EM GREVE

Moção de repúdio ao governador do Paraná, Beto Richa, e à Polícia Militar, que cometeram o massacre aos servidores em greve e perseguições políticas aos grevistas.

CIDADANIA

As consequências dos preconceitos e dos estereótipos negativos associados a negros, jovens, mulheres, idosos e direitos humanos devem ser amplamente debatidos e repudiados. Por exemplo, o Diário do Grande ABC traz a manchete “Abril negro”.

ANISTIADOS

Apoio político do 8º Congresso para atuar junto ao Governo Federal e Ministério da Justiça para que os julgamentos dos anistiados sejam ágeis, pois temos pessoas que tiveram atuações reconhecidas junto ao Sindicato nos anos 70 e 80 e aguardam julgamento desde 2003. Estas pessoas foram atuantes nas greves daqueles anos e não são contemplados pelo MJ enquanto outros já foram contemplados.

DIREITOS HUMANOS

O 8º Congresso aprova a indicação de criação de uma Comissão de Direitos Humanos dos Metalúrgicos do ABC.

Além das comissões já existentes, é de fundamental importância a comissão para divulgação dos Direitos Humanos, dos direitos de segmentos discriminados na sociedade, como as pessoas idosas, as pessoas com deficiência, dentre outras.

Além dos direitos específicos dos segmentos, é de maior importância a luta por verdade, memória, justiça e reparação para essa comissão.

SOLIDARIEDADE E APOIO DO 8º CONGRESSO AOS METALÚRGICOS ANISTIADOS E ANISTIADAS DO ABC

Considerando o histórico do movimento sindical da categoria metalúrgica do ABC no final dos anos 70 e começo dos anos 80.

Considerando que milhares de trabalhadores foram demitidos e perseguidos no seu direito de trabalho, pelas empresas e pelo regime militar.

Considerando que por meio da luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita conseguimos a conquista da Lei de Anistia (nº 6683/1979), o artigo 8º das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 e a Lei da Reparação (nº 10.559/2002), instrumentos legais que garantem aos demitidos e perseguidos políticos a reparação de seus direitos “...como se na ativa estivessem...”.

O 8º Congresso vem por meio desta moção solidarizar-se e apoiar os justos pedidos dos metalúrgicos anistiados do ABC junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça para que ela reconheça e garanta seus direitos consagrados em Lei.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 01/2015-CONADE/SNPD/SDH/PR

Brasília/DF, 22 de abril de 2015.

O CONADE, considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, as convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Constituição da República, a legislação trabalhista brasileira e, sobretudo, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência que se fundamenta nos princípios da igualdade e da não discriminação, POSICIONA-SE CONTRÁRIO ao PL 4330/2004, pois:

1. O trabalhador com deficiência tem o direito constitucional ao pleno emprego e em igualdade com os demais trabalhadores na forma do Artigo 27, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), norma de caráter constitucional. No entanto, a terceirização tal como está redigida no PL 4330/2004 fragiliza o vínculo de trabalho com a empresa e também o ambiente de trabalho, principalmente no que diz respeito à disparidade e redução de salários entre trabalhadores contratados diretamente e terceirizados e às jornadas diferentes e maiores de trabalho.

2. O trabalhador com deficiência tem o direito de ter assegurados os seus direitos trabalhistas e sindicais em igualdade de condições com os demais trabalhadores (item c, do Artigo 27 da CDPD). No entanto, a terceirização, conforme demonstram os estudos científicos e os relatórios dos órgãos de fiscalização, dispersa a organização sindical dos trabalhadores e impede o livre exercício dos direitos sindicais, enfraquecendo, inclusive, o poder de negociação sindical, a participação nos lucros e o direito de greve.

3. O trabalhador com deficiência tem o direito ao meio ambiente do trabalho saudável, seguro e acessível, livre de barreiras arquitetônicas e atitudinais (Artigos 9 e 27, item i, da CDPD). No entanto, a terceirização, tal como proposta, não compromete o contratante e o prestador de serviços terceirizados para que implementem para seus empregados a redução de acidentes e a prevenção de doenças profissionais. Essas duas hipóteses são prejudiciais à pessoa com deficiência, visto indicar mais comprometimento e agravamento da deficiência.

4. O trabalhador com deficiência tem o direito à aposentadoria especial. No entanto, a terceirização tal como prevista no PL fragiliza a relação de trabalho e, em decorrência, prejudica o gozo de direitos às férias, ao depósito de FGTS e também à contribuição previdenciária para a aquisição do direito à aposentadoria.

EDUCAÇÃO

A educação é eixo estruturante de uma nação. É com ela e por meio dela que conseguiremos ter uma sociedade consciente capaz de brigar pelos seus direitos.

Nos últimos tempos a educação vem sofrendo vários ataques dos governos do PSDB, seja em São Paulo ou no Paraná, com a truculência em mesas de negociação, além da lamentável agressão covarde sofrida pelos companheiros do Paraná.

Tudo que a educação precisa é de apoio de pessoas e governos que tenham de fato compromisso real e claro com a educação, como fez o presidente Lula com os investimentos do Pré-Sal, e agora com a presidenta Dilma, direcionando os investimentos para a educação.

Uma Pátria Educadora se constrói com vários atores e um deles é o professor. Por isso, no 8º Congresso, solidarizamos com essa luta digna dos professores e com o compromisso com a educação.

MOÇÃO DE APOIO À PETROBRAS

Nós, delegados do 8º Congresso, apoiamos firmemente a história e a vida da Petrobras, maior empresa da América Latina. A Petrobras é símbolo da nossa soberania, ousadia, pesquisa e desenvolvimento, todo nosso potencial e capacidade de atuarmos na construção de um mundo multipolar, justo e solidário.

Reconhecemos seu êxito, recordes de produção, inclusive no Pré-Sal e a conquista do “Oscar do petróleo”, nos Estados Unidos, pelas tecnologias desenvolvidas pela exploração em águas profundas.

Apoiamos as suas medidas e esforços para melhorar sua governança de forma ativa, para continuar coibindo as condutas e atos de corrupção, recuperando e repatriando recursos desviados.

Repudiamos as tentativas constantes e cotidianas de antipatriotas, dos entreguistas, que querem enfraquecê-la para entregá-la a preço de banana, como fizeram com a Vale do Rio Doce para o cartel internacional e as grandes multinacionais do petróleo.

Viva o Pré-Sal!

Vida longa ao conteúdo nacional!

O petróleo e a Petrobras são nossos!

EM DEFESA DA REPRESA BILLINGS

Nós, metalúrgicos do ABC, aprovamos este manifesto em defesa da Represa Billings, que completou 90 anos de existência no dia 27 de março de 2015. Sendo um dos maiores reservatórios do Brasil com a finalidade de fornecer água para mais de três milhões de pessoas do ABC e agora estendendo o seu fornecimento para outras regiões, assim como abastecer outros reservatórios da Grande São Paulo.

Infelizmente, a Represa Billings recebe diariamente esgoto não tratado de mais de 800 mil pessoas e empresas, além do desmatamento das margens, assoreamento do seu leito, toneladas de lixo proveniente do bombeamento de rio Pinheiros e outras agressões.

O Congresso dos Metalúrgicos do ABC exige:

Que a Sabesp e o Governo de São Paulo (Geraldo Alckmin) desempenhe esforços para coletar e tratar todo esgoto, gerado na região de manancial da Billings, até 2016.

Que a EMAE e o Governo de São Paulo (Geraldo Alckmin) realize a recomposição da mata ciliar até 2016 e a imediata contenção do desmatamento das margens da Represa Billings.

Que a EMAE e o Governo de São Paulo (Geraldo Alckmin) realize constantemente o controle batimétrico e adote medidas urgentes para desassorear a Represa Billings.

Que o Governo Geraldo Alckmin pare imediatamente com o bombeamento do rio Pinheiros para a Billings.

Por fim, a nossa certeza de um futuro melhor passa pela defesa da Represa Billings, pois sem dúvida nenhuma é a nossa maior riqueza.

DEMO CRAD DEMO CRA DEDE MOMO CRA CRA CIA CIA

